



Advogado encomendou pesquisa para escolher chapa em São Paulo

Uma boa proposta comercial transformou o que seria uma pesquisa para definir a chapa preferida para concorrer em uma polêmica de nível nacional. É o que afirma o advogado **Henrique Crivelli Alvarez**, de Bauru, que diz ter encomendado a pesquisa que mediu a taxa de [aprovação](#) dos presidentes das seccionais da OAB em todo o Brasil e as [intenções](#) de voto para as próximas eleições da Ordem.

Segundo Alvarez, a intenção dele ao procurar o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) era decidir com qual dos pré-candidatos à presidência da seccional paulista da OAB formaria chapa. “Quando entrei em contato com o Ipespe, eles, como bons vendedores, fizeram uma boa oferta para que eu encomendasse a pesquisa em âmbito nacional e eu comprei”, diz ele. Nem advogado nem Ipespe revelam quanto custou a pesquisa.

O advogado conta que sempre participou da chamada política de Ordem, já tendo sido conselheiro seccional em São Paulo nas duas primeiras gestões de Luiz Flávio Borges D’Urso e com atuação na subseção da OAB de Bauru. Ele afirma que teve a ideia de encomendar a pesquisa por “já ter participado de muitas eleições — perdendo algumas e ganhando outras — e ter sentido a necessidade de avaliar o cenário antes de entrar de cabeça em alguma campanha”.

O banco de dados utilizado, alvo de [investigações](#) da OAB, foi do próprio instituto, explica **Maurício Garcia**, diretor de atendimento e planejamento do Ipespe. Segundo ele, dentro de um universo com milhares de nomes de advogados, que já fora utilizado para fazer outras pesquisas relacionadas a aprovação de gestão de seccionais da Ordem, foram sorteados os advogados que responderiam a esse levantamento — utilizando-se critérios estatísticos.

Cerca de 40 funcionários do Ipespe fizeram a pesquisa por um período entre 15 e 20 dias, nos quais ligavam para os advogados sorteados pelo sistema para aplicar o questionário, explica Garcia.

Os nomes de candidatos indicados nas pesquisas estimuladas sobre intenção de voto — motivo de reclamação de muitos advogados — foram entregues ao Ipespe por Alvarez. “Em São Paulo, indiquei as candidaturas que acho que vão seguir até o fim da corrida”, diz ele. Os nomes apontados nas outras subseções onde houve pesquisa estimulada foram “indicados por amigos”.

A indicação de nomes que não necessariamente os dos atuais pré-candidatos é uma coisa comum, afirma Maurício Garcia, para que, segundo ele, seja possível compreender as possibilidades em diferentes cenários.

A “inegável influência na formação da opinião pública” apontada na [decisão](#) da juíza Kathya Gomes Veloso, da 6ª Vara Cível de Recife, que obrigou o Ipespe a divulgar quem encomendou a pesquisa e sua metodologia, é questionada por Garcia. “Muito se fala sobre a influência de pesquisas de intenção de voto, mas há outras coisas que influenciam ainda mais, como a cobertura midiática e a divulgação de ideias dos candidatos”, afirma.

A preocupação em estar infringindo a lei eleitoral, diz o diretor do Ipespe, não foi motivo de discussão durante a formulação da pesquisa. “Isso nunca passou na cabeça de ninguém aqui. Mesmo advogados



com quem conversamos e o escritório que contratamos acharam essa questão a coisa mais absurda do mundo”, pontua. Em ação judicial, o presidente da seccional fluminense, Wadih Damous, sustenta que as eleições da Ordem são regidas pela legislação eleitoral do país.

Date Created

14/06/2012